

REGIONALISMO E ESTADO NACIONAL NA BOLÍVIA (1825-1876)

Nicélio César Tonelli

Se partirmos do pressuposto de que a “coesão dos Estados só pode ser alcançada em função do domínio direto de um forte núcleo de interesses econômicos, e na mesma medida realizar-se-ia os processos de integração nacional dos quais resulta a formação do Estado Moderno”, então, na Bolívia, a configuração do Estado Nacional ao longo do século XIX mostrou-se muito problemática, visto a inexistência de uma elite oligárquica suficientemente homogênea e sólida para criar um Estado conforme sua imagem e semelhança¹. Estamos, pois, diante do fenômeno do “regionalismo”, aliás, permeador de todo o desenvolvimento do processo histórico boliviano. É oportuno ressaltar que entendemos por regionalismo a “*reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado*”². Assim, o regionalismo só existe enquanto tal a partir da formação dos Estados Nacionais, evoluindo e/ou transformando-se de acordo com as vicissitudes do próprio processo de consolidação dos mesmos.

Considerando-se que a Bolívia emergiu com Estado Nacional latino-americano, em 1825, trazendo consigo uma série de problemas

¹ ALMARAZ PAZ, S. *El poder y la caída*. El estaño en la historia de Bolívia. La Paz : Editorial Los Amigos del Libro, 1969. p. 89-90.

² MARCUSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates*, ano 1, n. 4, p. 83, 1981.

oriundos da época colonial, em que destacamos a crise da mineração, base da economia, a desorganização econômica gerada pela guerra de independência e a desintegração nacional devido às dificuldades de comunicação interna associada à formação de núcleos socioeconômicos relativamente autárquicos, compreende-se a forte presença do regionalismo ameaçando o Estado Nacional, tanto no sentido das desagregadoras guerras civis, quanto no surgimento de grupos secessionistas. A questão é complexa e merece uma análise mais detida. Antes, porém, cabe recordar que a Audiência de Charcas, base territorial da atual Bolívia, desenvolveu-se vinculada ao Vice-Reinado do Peru até 1776, quando se criou o Vice-Reinado do Prata, ao qual se incorporou, porém sem perder os profundos laços com o Peru. O “dilema” persistiu e agravou-se após a independência nacional. A primeira tarefa do país nascente foi encontrar um instrumento que garantisse a unidade nacional, visto as fortes cobranças regionais em torno do controle hegemônico do Estado.

A tradicional elite mineradora de Potosí, Oruro e Chuquisaca (Sucre) estava praticamente falida, logo incapacitada de dominar sozinha o Estado para ressarcir-se dos prejuízos de guerra e daqueles intrínsecos ao esgotamento crescente das minas. A elite mercantil desarticulou-se com o declínio das atividades exportadoras-importadoras. Os proprietários de “obrajes” debilitaram-se com a concorrência britânica. Antigos e novos proprietários de terras, em especial de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, passaram a exigir parcelas do poder político central, posto que detinham uma riqueza mais sólida. Os mercadores de La Paz queriam uma maior aproximação do Peru enquanto aqueles de Tarija buscavam integrar-se à Argentina. As selvas acreanas permaneciam intocadas e o litoral do Atacama ficara praticamente abandonado em função dos problemas de comunicação e ausência de riquezas significativas naquele momento histórico. Altamente fracionada, a elite boliviana só se uniu contra o inimigo comum: os movimentos populares que reivindicavam outro tipo de organização do país. Afastado o dito “perigo”, voltava a dividir-se recorrendo à força militar, para impor-

-se no Estado e usufruir de suas benesses. Destarte, o caudilhismo e a militarização do poder político passou a ser uma constante na Bolívia do século XIX.

Inicialmente, firmou-se um compromisso em torno do rodízio da capital nacional pelas diferentes regiões do país, porém facilmente quebrado por causa da demora na satisfação dos anseios de certas regiões. Entretanto, a unidade nacional se mantinha em função da militarização de cada grupo sócio-econômico-político que dominava circunstancialmente o Estado e porque os movimentos populares sempre reapareciam com grande ímpeto. O secessionismo regional não se colocou em pauta, dada a crença generalizada de que a divisão do país traria ainda maior malefício. O general Andrés de Santa Cruz (05/1829-021839), representante da elite mineradora em franco declínio associada aos comerciantes de La Paz e aos proprietários de obras, atuou no sentido de enfraquecer a elite agropecuária-exportadora em rápida ascensão econômica. Primeiro, fortaleceu as comunidades indígenas em detrimento dos latifúndios, angariando a simpatia popular e confiscando a grande propriedade agrária, base da riqueza dos latifundiários. Segundo, vetou certas importações, o que redundou na represália às exportações bolivianas de couros e quina, ora debilitando ainda mais os latifundiários. Terceiro, patrocinou a formação da Confederación Perúvioleta-boliviana (1836-1839), para proteger os grandes mineradores da prata no mercado mundial, garantir o fornecimento de mercúrio peruano para as minas bolivianas e redinamizar o mercado interno, restabelecendo os fluxos do comércio da folha de coca, de produtos artesanais, alimentares, etc. Esta prática prejudicou os produtores peruanos de açúcar e algodão, e os produtores bolivianos de couro e quina, os quais foram internacionalmente boicotados. Os comerciantes de Lima sentiram-se prejudicados pelo declínio da prata, que diminuiu acirradamente, facilitando a “coligação” das elites agropecuárias exportadoras da Bolívia e do Peru, mediante amplo respaldo britânico e chileno, no sentido de derrubar o governo de Santa Cruz e encerrar a Confederación, acusada de todos os problemas. Lembre-se que Santa Cruz estabeleceu a capital

nacional no local em que se encontrava durante seus deslocamentos, possuindo uma administração central itinerante, aliás muito onerosa, ainda que relativamente eficaz.

Se a experiência da Confederación Perúvicio-boliviana terminou por causa do conluio entre forças internacionais e internas contrárias à Confederación, o restabelecimento do Estado Boliviano não implicou no fim dos choques entre as frações da elite nacional altamente regionalizadas. Simplesmente, as disputas inter-pares assumiram novas características, admitindo-se o espaço nacional enquanto palco privilegiado da discussão, ou seja, abandonou-se por longo tempo a idéia de união territorial com o Peru e até mesmo a região de Tarija soterrou os planos de incorporação à Argentina dominada pela política centralizadora de Juan Manuel de Rosas. Sucre tornou-se a capital nacional enquanto concessão das frações agropecuárias exportadoras de Santa Cruz, El Beni, Cochabamba e Tarija. Os comerciantes de La Paz contentaram-se com a ampliação do comércio importador e com a crescente exportação dos vales férteis centrais e do “oriente” pela via La Paz-Arica. Enquanto isto, as minas de Potosí de Ouro suportavam a crise econômica de baixa produção e preços. O cenário boliviano parecia indicar que os grandes proprietários de terra iriam se impor em definitivo ao país, atingindo a tão almejada hegemonia política pelo enfraquecimento dos mineradores e proprietários de obrajes.

A aparência era ilusória, pois os desentendimentos pela partilha do poder entre os vencedores da Confederación logo se manifestaram. Os recursos estatais eram menores do que o esperado. A Bolívia estava pessimamente inserida nos mercados mundiais e as exportações eram limitadas. A população camponesa reagiu fortemente à expropriação comunal e os trabalhadores urbanos acompanharam os protestos contra o governo, devido ao alto desemprego e os baixíssimos salários. A repressão tornou-se crônica, dividindo os

adeptos da moderação e da intransigência na forma de “modernizar” o país, ou seja, de implementar o ideário liberal tido como sinônimo de progresso. A elite do Departamento de Santa Cruz, essencialmente criadora de gado, não admitia concessões, posto que regionalmente não havia problemas de levantes camponeses ou urbanos de maior envergadura. Assim, retirava o apoio às medidas moderadoras. Dado o impasse, nenhum governo, após 1839 até a década de 1880, conseguiu manter-se por longo tempo, salvo se recorresse à ditadura. Sempre que possível, a fração da elite dominante que se julgava mal representada no poder do Estado Nacional aproveitava qualquer alvitre para minar a precária ordem vigente e solapar as bases do Estado, apresentando-se sempre como “abandonada” pelo governo e relegada ao segundo plano.

Deste modo, apelando aos argumentos regionais e acirrando disputas pelo poder central, cada facção da elite dominante na Bolívia procurava o domínio do país para impor interesses regionais como se fossem “nacionais”, aliás, frutos óbvios de uma organização econômica pouco integrada, consequência direta da inexistência de um importante artigo de exportação e de um grupo econômico suficientemente forte para atrelar e integrar o país a seus interesses, homogeneizando-o minimamente para transformá-lo, de fato, num Estado Moderno. A discussão entre o federalismo e o centralismo político permeou as disputas regionais. Todo grupo de fora ou mal inserido no Estado Nacional reivindicava o federalismo, mas quando se tornava “hegemônico” no seio deste mesmo Estado abandonava-o e passava a defender o centralismo, considerando a prática do federalismo como desagregadora por causa das circunstâncias particulares vigentes na Bolívia. Os governos de José Maria Linares (09/1857-01/1861) e do general Mariano Melgarejo (12/1864-01/1871) são exemplos claros da prática centralizadora de regimes que ascenderam com propostas, senão federalistas, descentralizadoras, porém descartadas após a vitória política.

A ascensão do general Hilarión Daza (05/1876-12/1879), aproximadamente cinquenta anos depois da independência nacional, encontrou o país ainda fracionado por interesses regionais das facções da elite boliviana. Todavia, foi capaz de provocar a coesão da mesma contra seu governo. Seguindo rumos políticos inspirados nos generais Andrés Santa Cruz e Manuel Isidoro Belzu (11/1848-08/1855). Daza conseguiu provocar receios e insatisfação generalizada no “oriente”, a qual foi acompanhada dos protestos dos grandes proprietários de terra dos departamentos de El Beni, Tarija e Cochabamba. Em Santa Cruz de la Sierra, começou um levante reivindicando autonomia, ameaçando com o secessionismo e possível pedido de incorporação à Argentina, se Daza sequer tomasse posse. Ele assumiu o governo e sufocou o movimento à força, garantindo a “unidade nacional”, necessária ao seu projeto político favorável aos mineradores, camponeses, proprietários de “obrajés” e grupos médios urbanos. Lembre-se que firmou com o Peru o tratado de Unión Federal. Do mesmo modo que Santa Cruz e Belzu, seria derrubado posteriormente por um golpe militar, o qual procurou reorganizar o país, satisfazendo os distintos interesses regionais, bem como retirando a Bolívia da Guerra do Pacífico (1879-1884).

Neste ínterim, os mineradores da prata fortaleceram-se o suficiente para imprimir novos rumos ao país após a perda do litoral atacameño. Restou às elites agropecuárias exportadoras acomodarem-se ao *status quo*, facilitado pelo compromisso da elite mineradora do sul na preservação da grande propriedade agrária em detrimento da propriedade comunal indígena. Efetivamente, a facção mineradora da elite boliviana rompeu com os “tradicionais” aliados sociais, visto que a revalorização da prata e o afluxo de capital externo para redinamizar as minas tornou-a forte o bastante para prescindir daqueles apoios, chegando ao poder sem ser obrigada a maiores “concessões”. Entretanto, começava a despontar a questão regional acreana com a crescente demanda internacional pela borracha, enquanto a questão

regional do Atacama se resolveu pela sua cessão ao Chile, posto que não havia uma elite boliviana explorando o litoral rico em guano e salitre. Enfim, o regionalismo na Bolívia entrava numa nova fase a partir da presidência do general Daza, encerrando-se aquela em que as disputas regionais de algum modo resolviam-se através das conturbadas disputas internas pelo controle do aparelho central do Estado Nacional Boliviano.

BIBLIOGRAFIA

- ALAMARAZ PAZ, Sérgio. *El poder y la caída*. El estaño en la historia de Bolívia. La Paz : Editorial Los Amigos del Libro, 1969.
- BAPTISTA GUMÚCIO, Mariano. *Historia contemporanea de Bolívia*. La Paz : Gisbert & Cia., 1981.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo : Ática, 1987.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento capitalista na América Latina*. São Paulo : Global, 1983.
- FELLMANN VELARDE, José. *Historia de Bolivia*. La Paz : Editorial Los Amigos del Libro, 1981.
- FIFER, J. Valerie. *Bolivia: land, location and politics since 1825*. Cambridge : Cambridge University Press, 1972.
- GUZMAN, Augusto. *Historia de Bolívia*. La Paz : Editorial Los Amigos del Libro, 1973.
- HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista.
Espaço e Debates, ano 1, n. 4, 1981.

PRADO, Maria Lígia C. *A formação das nações latino-americanas*.
São Paulo : Atual, 1985.